AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010)

Letícia Mistura[1]
Flávia Eloisa Caimi[2]

Resumo: A história das mulheres vem ganhando visibilidade como campo historiográfico nas últimas décadas, mas se trata de abordagem relativamente recente. Na história escolar, ainda hoje, as mulheres aparecem nominalmente em determinadas efemérides, em situações inusitadas, por vezes heroicas, sendo pouco visibilizadas como sujeitos de direitos e restritamente reconhecidas como parte substancial da compreensão histórica, do conhecimento do passado e da formação para a cidadania. Este estudo coloca em diálogo o livro didático de História como objeto e fonte de pesquisa documental e as questões de gênero, como recurso metodológico de análise histórica, com o propósito de visualizar a presença/ausência feminina na produção didática brasileira ao longo do século XX e início do século XXI. Para tal, analisou-se um *corpus* documental constituído de 11 obras didáticas de história destinadas à educação básica, publicadas entre as décadas de 1910 e 2010, sendo uma obra por década. Os resultados preliminares apontam, principalmente, para uma preocupante e significativa distância entre a renovação historiográfica que inclui as relações de gênero como possibilidade metodológica e o conteúdo perscrutado nos livros didáticos de História.
Palavras-chaves: Ensino de História, Livro Didático, Relações de Gênero.

Abstract: The history of women is gaining visibility as historiographical field since a couple decades, but it is a relatively recent approach. In school history, even today, women appear nominally under certain ephemeris, in unusual situations, sometimes heroic, being somewhat visualized as an individual of rights and narrowly recognized as a substantial part of the historical understanding of past knowledge and training for citizenship . This study puts into dialogue the History textbook as a source and object of documentary research and the gender issues, as a methodological resource for historical analysis, in order to visualize the presence/absence of women in Brazilian didactic production throughout the twentieth century and early twenty-first century. To this end, we analyzed a documentary corpus of eleven textbooks of History aimed to basic education, published between the 1910s and 2010, with an edition per decade. Preliminary results point primarily to a significant and troubling gap between the historiographical renewal that includes gender relations as methodological possibility and the historical content scrutinized in History textbooks.
Keywords: History teaching, Textbook, Gender Relations.

Introdução

Durante as últimas três décadas, considerável parte da produção científica sobre o ensino de história no Brasil trouxe ao centro das investigações o protagonismo do livro didático de história como recurso multifacetado nos espaços escolares e objeto cultural de ampla difusão social. O livro didático de história (LDH) recebe, nos espaços de discussão

[1] Letícia Mistura (UPF) - leticiamistura@gmail.com
[2] Flávia Eloisa Caimi (UPF) - caimi@upf.br

acadêmica, em âmbitos nacional e internacional, variados tratamentos metodológicos, que iniciam pela história dos livros e impressos[2] e se direcionam, a partir da história da educação e da história do ensino de história, a campos específicos da produção dos saberes disciplinares, escolares e acadêmicos.

Disputado por interesses de diversos campos de investigação, o livro didático tem assumido o status de documento histórico, veículo de transmissão, aceitação/transgressão, determinação, imposição e legitimação de saberes. Ainda, como instrumento pedagógico, conquistou um lugar hegemônico nos ambientes escolares. Superando suas próprias barreiras de atuação ao impor-se como parte de uma cadeia de relações de poder muito maior do que sua instrumentalização no processo de ensino-aprendizagem, o livro didático de história transcende os discursos que o inscrevem como documento histórico, em seus diversos contextos de idealização, fabricação, disseminação e uso. Com isso, vem se tornando o próprio *sujeito* de sua historicidade uma vez que carrega, em si, marcos de permanências e rupturas de sistemas e ideários políticos, arroubos de ideologias e discussões nos âmbitos de produção pedagógico, historiográfico, editorial e social.

Justifica-se aqui a pertinência de uma investigação que busque compreender o livro didático como repositório e veículo de preciosos vestígios de sua temporalidade. Intenta-se, desta forma, (re)construir linhas concomitantes, concorrentes e dialógicas entre a produção didática e os discursos historiográficos tomando uma amostra constituída por 11 livros didáticos publicados entre os anos de 1910 e 2010, buscando-se não somente a verificação da existência ou não de diálogos entre os saberes escolar e acadêmico, mas a compreensão da formas como tais diálogos ocorrem. Para tal, utilizar-se-á das *relações de gênero* como categoria de análise histórica, por sua emergente força nos complexos político, ideológico e teórico que convivem com as discussões científicas – pedagógicas e historiográficas – em que se insere o livro didático de história.

Propõe-se, portanto, a abordagem deste trabalho em três seções. Nas duas primeiras, se fará a exposição/discussão dos dois focos centrais de estudo, o livro didático de história como objeto de pesquisa e a categoria de gênero, como tema de análise histórica. Na terceira seção se articulará a análise do *corpus* documental – 11 obras didáticas que compõe mais de uma centena de anos de produção didática (1910 a 2010), sendo um livro didático correspondente a cada década.

O livro didático como objeto de pesquisa

Ao investigar-se a produção didática em determinado recorte histórico, invariavelmente se enfrentará a etapa de definição do objeto de investigação. Mais do que localizá-lo conjunturalmente, o ato de pesquisar o livro didático exige o tratamento de questões teóricas prévias e adjacentes à própria existência da fonte, como a historicidade de seu uso conceitual, as dinâmicas ideológicas e de poder que estão vinculadas ao objeto, seu envolvimento em espaços socioculturais e políticos e, finalmente, seu lugar no processo pedagógico de ensino-aprendizagem. Neste sentido, faz-se importante e necessário esclarecer algumas questões que auxiliem no delinear do objeto que será estudado, já que a própria *escolha* do livro didático como objeto de pesquisa está vinculada às problemáticas que emergem daquelas questões. Na seqüência, elencar-se-á três "facetas" que, juntas, localizarão o livro didático como um objeto-sujeito ímpar nas investigações do campo da educação, da história e do ensino de história. Discutir-se-á o livro didático a partir de três enfoques principais: 1) como fonte documental em sua historicidade e condição de instrumento didático-pedagógico; 2) como uma necessidade conjuntural, justificando a pesquisa com o livro didático; 3) como suporte cultural que contempla uma consistência estrutural.

O livro didático como fonte documental

O contexto historiográfico que faz despontar o livro didático como objeto e *fonte documental* no labor das pesquisas históricas está inserido no movimento de transição paradigmática do século XX que, entre suas diversas discussões, refletiu sobre o sentido, o caráter e o uso dos documentos no trabalho do historiador. No movimento conhecido como *Annales*, há uma inquietude em torno da expansão das concepções de "documento" – que, em si, está conectada a um movimento expansionista de maior dimensão teórica. Tem a preocupação de incluir o homem, na chamada "nova história", em sua totalidade e particularidade, como sujeito histórico, vindo a caracterizar como "fonte histórica" todo o material que diz respeito a qualquer homem, em suas dimensões temporais e espaciais. Portanto, torna-se parte do trabalho do historiador realizar a escolha e a *crítica* dos documentos-fonte que seleciona conforme seus interesses científicos. O historiador, desta forma, torna-se *efetivo* na escrita da história, e, segundo Jacques Le Goff (2003, p. 538), é responsável pela desconstrução da "montagem" da história, da qual os documentos são responsáveis, por configurarem, em si, toda a historicidade da sociedade que os fabricou.

Em outro âmbito paradigmático, conhecido como "positivista" ou "escola metódica", o *documento* – sempre em formato de texto – "falava" e detinha em si toda a história que

poderia ser conhecida, portanto, sem a existência de um documento que a *comprovasse* como oficial, a história não existiria. O movimento dos *Annales* não somente desconstrói a pretensão da unilateralidade textual do documento e da fonte histórica, mas contribui para a ampliação do próprio conceito carregado pelo documento, que se mostrou insuficiente ao ser entendido apenas como aporte textual. Justifica-se, pois, o livro didático como *fonte documental*, uma vez que provém de um tempo e de um espaço determinados; é produto e veículo destes, contendo em si uma forma particular de "documentação"; por fim, inscrito nele está a noção de um "conhecimento", necessário, em sua completude, à educação de seus usuários, naquele contexto.

Este tema envolve, ainda, a problemática referente à conceituação de "livro didático", provavelmente a mais veiculada questão teórica relacionada ao objeto, da qual se enervam variados estudos em plurais conjunturas. Alain Choppin (2004) atribui a dificuldade de definição conceitual do livro didático à diversidade de vocábulos e instabilidade dos usos lexicais destes – principalmente em se tratando de pesquisas em âmbito internacional. Já Circe Bittencourt (2011) discute a problemática conceitual de definição do livro como material didático pela sua *caracterização* como um tipo específico de *livro*, identificável por suas particularidades e pelos *usos* culturais a que está sujeito. A autora atenta, ainda, para o fenômeno do "esquecimento", observado tanto em professores quanto em estudantes, de que o livro didático é *também* um livro e, portanto, produto da idealização de seu autor, da construção de seu processo editorial e de dinâmicas do mercado de consumo em que está inserido.

Podem-se incluir, nesse sentido, as preocupações da chamada "história dos livros" em investigar os processos de circulação da *palavra impressa*, o que situa os livros – e também as produções didáticas, como define Robert Darnton (1995), como *força* na história. Este autor toma como campo da atuação da história dos livros o processo de comunicação de ideias, objetivando o entendimento das mudanças do comportamento humano após o contato (sempre mais) íntimo com a palavra impressa. Partindo do pressuposto de que o livro didático é provavelmente o único livro-texto não ficcional a que muitos de seus usuários têm acesso, ainda pode-se validar esta vinculação como uma consideração sobre os meandros da produção didática. Pode-se inquirir: em que medida os livros didáticos modificaram, modificam ou almejam modificar, por seu conteúdo, seus usuários, em sua maioria professores e estudantes?

Keith Hoskin (1990) traz algumas reflexões fundamentadas na historicidade dos livros didáticos em seu papel pedagógico. Segundo o autor, embora não tenha sido um produto direto da Revolução da Imprensa (que traz como marco ocidental a criação da imprensa por

Johannes Gutenberg, no século XV), esta influiu diretamente na *forma* dos textos escolares, que viriam a compor os livros didáticos em sua concepção moderna, uma vez que possibilitou o uso de recursos escritos e pictóricos num mesmo suporte pedagógico, sendo possível a transmissão de uma linguagem didática antes inalcançável. Tal fenômeno, a partir dos séculos XVIII e XIX quando, segundo Darnton (1995), ocorre uma massificação de leitores e leituras, deu margem a uma posterior *revolução*, em termos didáticos, que incluiu a avaliação (por meio de testes e equivalências de notas em sistema numérico) como forma finalizadora do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o livro didático é um ponto central de uma *nova* forma de aprendizagem na Europa ocidental, o que viria a influenciar, posteriormente e de forma decisiva, os moldes da educação e do uso de suportes como o livro didático, pelo sistema de ensino brasileiro.

Esta nova forma de *aprendizagem*, por meio de um livro didático, que se torna um compêndio de conteúdos disciplinares e cadernos de exercícios, está diretamente ligada às necessidades conjunturais de um *suporte* didático que, em sua continuidade, demonstra fazer parte de uma já consistente estrutura educacional.

As necessidades conjunturais, o livro didático e seu *locus* estrutural

O livro didático como suporte pedagógico de ensino, no Brasil, esteve historicamente condicionado às necessidades conjunturais, por relações de poder que transcenderam seu papel de repositório de conhecimento adequado à instrução escolar de jovens estudantes, fazendo com que operasse como veículo ideológico, sempre a serviço das conjunturas políticas.

Para Choppin (2004, p. 553), o livro didático vem cumprindo, historicamente, uma pluralidade de funções no meio escolar, a saber: a) função referencial; b) função instrumental; c) função ideológica e cultural e d) função documental. Por sua vez, as conjunções e consonâncias dos trabalhos de Caimi (1999) e Fonseca (2006) ajudam a traçar uma linha histórica do livro didático no sistema de ensino brasileiro, apontando momentos decisivos, tanto para o ensino de história quanto para o livro didático como instrumento pedagógico. Esses momentos decisivos seriam o período Imperial, o primeiro governo de Getúlio Vargas, o regime civil-militar e a subsequente "redemocratização".

Se tomarmos como premissas válidas as "funções" escolares do livro didático e combiná-las à historicidade do ensino de história e sua relação com o objeto, encontraremos correspondências acuradas. Buscamos contemplar, neste momento, uma síntese das funções

escolares do livro didático como organizadas por Choppin (2004), cotejando-a com uma sequência de dados históricos organizados segundo os trabalhos de Caimi (1999) e Fonseca (2006), para enfim organizarmos uma segunda síntese de correspondências, que facilitará a visualização final das funções decisivas que o livro didático assumiu, no ensino de história, em cada um dos quatro momentos políticos da história do Brasil.

As funções do livro didático segundo Alain Choppin

Choppin (2004) define a primeira função, a *referencial*, como aquela em que o livro didático configura um papel *curricular*: nem sempre equivale ao programa curricular em si, mas o orienta ou se articula a este de alguma forma, como "suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos [...] que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações" (CHOPPIN, 2004, p. 553). A função *instrumental* diz respeito ao uso metodológico do livro didático como efetivo *instrumento* didático, servindo de mediador para o aprendizado ou a apropriação dos conhecimentos históricos. Na função *ideológica e cultural*, que é oriunda do século XIX, no contexto de constituição dos Estados nacionais e criação de seus sistemas de ensino, o livro didático seria o principal veículo de difusão dos valores culturais nacionais, como a língua, o civismo, os símbolos pátrios, o passado comum. Nesta função, atuaria como legitimação das instâncias ideológicas e reforço para a construção dos arquétipos identitários, servindo a interesses políticos e doutrinações ideológicas, em variantes níveis de intensidade. Já em sua função *documental*, o livro didático seria um suporte fundamental, narrativo (textual) e iconográfico, que auxilia na formação crítica do estudante, por vias procedimentais de sua própria ação (de leitura, reflexão ou contemplação).

Quadro 1 - Primeira síntese: as políticas educacionais públicas, o ensino de história e as relações com o LDH em momentos da história do Brasil:*

Período	Políticas públicas para a educação	Ensino de história	Relação com o LDH
Império (1822-1889)	Adoção de modelos curriculares importados da França.	"Estudos históricos" dividem-se em "história da civilização" (fundamentalmente a da Europa Ocidental) e "história pátria", que está em segundo plano, configurando-se pelo estudo de datas e batalhas, além das biografias de homens ilustres. O foco do ensino era a formação do cidadão, produtivo e obediente às leis estatais.	Livros didáticos são predominantemente importados da França.

Primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945)	Centralização da política nacional para o ensino e unificação, sob responsabilidade do Estado, dos programas curriculares e dos conteúdos e metodologias de ensino.	Consolidação da história como disciplina escolar, ensino de história como instrumento central da educação política, em um apelo nacionalista para a criação de uma "consciência patriótica", sob o estudo de exemplos de vultos significativos para a história pátria – alguns de natureza religiosa também foram mantidos.	Livro didático produzido no Brasil, sob as orientações curriculares estatais, obrigatórias.
Regime Civil-Militar (1964-1985)	Redefinição, pelo novo regime, dos objetivos da educação, além de interferências na formação de professores e de suas metodologias, para controle ideológico e eliminação de possibilidades de resistência ao regime. Inclui-se entre as disciplinas específicas a educação moral e cívica para controle ideológico da população.	Aprofundamento das características do ensino de história anteriores. Permanece o estudo biográfico de brasileiros célebres – agora, de acordo com os interesses pertencentes aos personagens do novo regime. Noção disseminada "historicamente" de que a sociedade era natural e harmonicamente hierarquizada. Inexiste espaço para interpretações ou análises - a história tinha como função preparar o jovem para o cumprimento de seus deveres básicos como cidadão, para com a sua comunidade, o Estado e a Nação. Os sujeitos históricos continuam sendo os grandes vultos positivos que conduzem a nação.	Autoridade do livro didático (atitude passiva e receptiva do aluno). Produção e controle das obras didáticas diretamente ligadas ao Estado.
Redemocratização: décadas de 1980 e 1990	Necessidade de mudanças no ensino de história, diversos meios de discussão se envolvem, impulsionando a criação de novas propostas curriculares, sem necessidade de obedecer às determinações estatais.	Existe a tomada dos modelos marxistas de conceituação e periodização da história, que emerge em sua função social, infraestrutural e vinculada à política. A partir dos anos 1990, movimento de transição e renovação historiográfica brasileira, que procura acompanhar as tendências da nova história francesa e da historiografia social inglesa; o ensino de história avança para um relacionamento consciente com a produção historiográfica - há uma preocupação generalizada com a sintonia entre o saber científico e o escolar, um desejo sensível de incorporação das novas tendências historiográficas no ensino de história.	O mercado editorial e a publicação de livros didáticos se expandem; professores e autores têm liberdade de ação. É o momento de redimensionamento do Programa Nacional do Livro Didático e dos contratos de compra de livros didáticos pelo Estado, que se torna o maior comprador do produto.

*Tabela organizada pelas autoras, com base nas obras de Caimi (1999) e Fonseca (2006).

Quadro 2 - Segunda síntese: Correspondências entre o ensino de história, o livro didático de história e as suas funções segundo Choppin*

FUNÇÃO	PERÍODO

a) Função referencial	Império (1822-1889) Primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) Regime Civil-Militar (1964-1985)
b) Função instrumental	Regime Civil-Militar (1964-1985)
c) Função ideológica e cultural	Império (1822-1889) Primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) Regime Civil-Militar (1964-1985)
d) Função documental	Redemocratização (1980-1990)

*Tabela elaborada pelas autoras, com base nas obras de Choppin (2004), Caimi (1999) e Fonseca (2006).

Embora as correspondências sejam feitas com base nos conceitos de cada função de modo líquido, existem adequações necessárias a cada período histórico da educação brasileira. Fundamentalmente, porém, as funções do livro didático corroboram as do ensino de história no Brasil e os usos do livro didático não só como instrumento pedagógico, mas também como veículo ideológico e cultural. Esta utilização permite que se observe uma continuidade na história da educação brasileira – o livro didático como o principal referencial de conhecimento escolar e amálgama de interesses políticos, ideológicos e culturais e se entenda a questão do livro didático como uma consistente *estrutura* da problemática do ensino de história no Brasil.

E é neste sentido, na problemática utilização do livro didático – e do livro didático de história, especificamente – como um veículo de transmissão de *saberes* selecionados e sistematizados a partir de objetivos determinados fora do âmbito escolar, pelas esferas controladoras do poder político e, cada vez mais, do poder econômico, que se insere uma das abordagens preocupantes destes "modelos" pré-definidos: as identidades e as relações de gênero.

O gênero como possibilidade de interpretação histórica e sua vinculação com o livro didático

Nesta parte do trabalho discute-se o conceito de "gênero" como uma categoria com estatuto e possibilidades de servir a interpretações históricas diversas. Procura-se compreender, ainda, de que forma, em sua historicidade, a emergência das temáticas de gênero contribuiu e tem contribuído científica e socialmente para a emancipação teórica e cultural dos sujeitos envolvidos em seu processo.

Joan Scott (1992) adota o termo "movimento" da história das mulheres para identificar as dimensões políticas e teóricas das complexas relações nos campos político, ideológico e teórico, que viriam a instituir o conceito de "gênero" com o significado que

contemporaneamente lhe atribuímos. Segundo Scott (1992, p. 64) a origem do campo historiográfico que compõe a chamada "história de gênero" está nos movimentos feministas dos anos 1960, ocorridos, sobretudo nos Estados Unidos da América. Embora configure em parte um legado de fato, o processo não se deu de forma linear e nem significou o abandono definitivo da *causa* feminista no âmbito político. A autora defende que o movimento feminista "fabricou" e legitimou uma identidade de gênero[3] feminina e coletiva. Isso significou uma junção de interesses das mulheres que, na academia, buscavam a igualdade e o fim do preconceito profissional e das mulheres que, generalizadamente, buscavam essa igualdade em todos os âmbitos sociais a partir da sua militância. Com base na alegada e existente heterogeneidade entre as *historiadoras* e os *historiadores*, as profissionais acadêmicas feministas do campo da história incitaram diversas questões sobre a detenção do "conhecimento" histórico, que estaria diretamente ligado aos produtores deste, no corpo unitário historicamente masculinizado e indicaria posições perigosas das relações de poder na epistemologia da história.

Este movimento encontrou eco, ainda segundo Scott, nas demandas do movimento feminista pela inclusão da mulher na história e enquanto se aproximava das esferas acadêmica e historiográfica em vias de ampliar a escrita da história, também se afastou daquele âmbito exclusivamente político. Necessário observar que a inclusão da mulher na história e a proposta de uma "história das mulheres" contém ambiguidades, pois, segundo Scott (1992, p.7), "é ao mesmo templo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história". E assim se configura, pois promove a desconstrução de vários dos pressupostos da disciplina e propõe rompimento com muitas das noções naturalizadas pela história, principalmente aquelas que dizem respeito ao "sujeito histórico" e às comparações das diferenças geralmente propostas por análises históricas, como, no caso, as de "homens" e "mulheres", em que ambos os conceitos são tomados como categorias naturais, fixas, dadas e a-históricas.

As agitações internas da disciplina, notadamente a partir das décadas de 1980 e 1990, assim como o desdobramento da história social em suas múltiplas abordagens e aberturas para as identidades e representações, trouxe proximidade com as discussões da história das mulheres sobre o significado das "diferenças". Contemplando também as discussões da unidade inquestionável apresentada pelo "sujeito histórico" vigente, o termo "gênero" elegeu-se como aplicável para se relacionarem as diferenças entre os sexos. Contudo, com o crescimento do debate observou-se também uma distorção no que diz respeito às diferenças internas às próprias concepções de "homem" e "mulher", ou "masculino" e "feminino", o que

instigou a questão das *diferenças dentro da diferença*. Esta questão "trouxe à tona um debate sobre o modo e a conveniência de se articular o gênero como uma categoria de análise" (SCOTT, 1992, p. 88) e, finalmente, assim se expandiu o foco da *história das mulheres*, que passou a compor, lentamente, um leque mais amplo, denominado *história de gênero.*

A partir de então, o campo de possibilidades do gênero na composição de uma categoria completa e autônoma – não somente "complementar" – na escrita da história, foi explorado por diversos pesquisadores e inspirou a produção de inúmeras coletâneas que buscaram historiar seu surgimento, discutir seus propósitos e apresentar suas ambições. [4] atualmente, o campo da história das mulheres, ou de gênero, expandiu-se rapidamente pelas discussões de variadas disciplinas, incluindo não somente a história, mas o estudo das relações sociais, compondo diálogos profícuos em diversos meios teóricos. Um deles é a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2011), que problematiza a categoria de gênero como intrínseca a uma estrutura histórica de relações humanas e influencia – e é este o ponto principal de chegada – na vida familiar e escolar das crianças e de jovens.

O trabalho de Trindade e Souza (2009), por exemplo, busca estreitar as vias de ligação entre a temática de gênero e a educação, vendo esta como o reflexo cultural de sociedades e elo de reflexão e análise interpretativa da realidade social e de sua construção. É neste meio escolar, segundo os autores que, de forma privilegiada, é operacionalizada a manutenção de vários dos pressupostos conceituais culturais, sociais e disciplinares, nos processos de ensino-aprendizagem. Inclusos aqui estão, claramente, papéis representativos e normativos de gênero, coletivamente compartilhados, que evoluem perigosamente para questões como as causas do fracasso escolar e a disseminação de tradicionais pressupostos homogeneizadores dos indivíduos sociais.

Partindo da premissa de que a identidade de gênero diz respeito a cada indivíduo particularmente e é espaço de diversidade, as relações de gênero no processo escolar podem se configurar em fragilidades pela apresentação e manutenção de papéis normativos "femininos" e "masculinos".

O livro didático de história é, no caso da disciplina, o veículo que traz todas as conceituações externas, a serviço da escola, do professor e do estudante. Quando usado – e assim o é, frequentemente[5] – como plano curricular, o livro didático de história passa a ocupar papel soberano na sala de aula. Anteriormente apresentou-se o livro didático de história como um promissor objeto de pesquisa, especialmente no contexto do ensino de história brasileiro, uma vez que a ele foram atribuídos muitos papéis ao longo do tempo, que o superestimaram e o ambicionaram como instrumento de formação nacionalista, disciplinador ideológico e

doutrinador identitário. Cabe, agora, inquerir: de que forma tem sido, ao longo do tempo, tratados os papéis, as identidades e as relações de gênero nos livros didáticos de história brasileiros? O que podemos inferir a partir destas representações e de que forma puderam ou podem influenciar no processo de educação de crianças e jovens? Avançamos, portanto, para a terceira e última parte deste estudo, procurando, se não responder, ao menos abrir espaços de discussão e reflexão para tais questões.

O Livro Didático de História e a categoria de gênero: interlocuções possíveis

Diversos estudos[6] têm trazido à discussão, em variadas abordagens, as relações entre o gênero, como categoria de análise histórica (e social, portanto) e o livro didático de história, que atua, histórica e contemporaneamente, como veículo não somente do conhecimento histórico, mas de um *modo* específico de conhecimento, configurado particularmente para o ensino, de acordo com variadas formas de apropriação e conjuntamente às mudanças internas à própria ciência histórica, no e para o âmbito educacional. Buscar-se-á, nesta seção, identificar a presença (ou ausência) das figuras femininas no *corpus* documental selecionado, a saber, 11 produções didáticas da História do Brasil editadas no período de 1910 até 2010. Julga-se ser interessante perscrutar o aparecimento das figuras femininas na escrita da história escolar como pressuposto do lugar ocupado pelas relações de gênero e como foram operacionalizadas para sua utilização na escolarização de crianças e jovens. Ademais, poderão ser inferidos diversos aspectos sobre as intenções "escondidas" aquém dos livros didáticos, ainda que nem sempre instrumentalizados de forma explícita, como já comentado nas seções anteriores deste estudo.

As obras didáticas que constituem a amostra, é importante salientar, não devem assumir o estatuto de um estudo findo, nem tampouco absoluto em seus resultados. Servem, além do propósito já justificado, para perscrutar a possibilidade de utilização da categoria de gênero como instrumento de análise histórica e de ampliação dos espaços de reflexão sobre as relações e identidades de gênero nos processos, ambientes e sujeitos escolares, por meio do papel que os livros didáticos têm nestes meios. Assim, as obras foram selecionadas, uma correspondente a cada década, de acordo com sua disponibilidade para pesquisa no arquivo histórico local. As obras que contemplam as décadas de 1910 a 1970 foram selecionadas na Biblioteca Auxiliar do acervo pertencente ao Arquivo Histórico Regional, da Universidade de Passo Fundo/RS. Os exemplares das décadas de 1980 a 1990 foram escolhidos a partir do acervo do Centro de Documentação da Faculdade de Educação da mesma universidade e as

obras das décadas de 2000 e 2010 compunham o arquivo pessoal das autoras. O quadro a seguir apresenta a constituição final da amostra.

Quadro 3 – Corpus documental

Ano de publicação	Referência
1918	PEQUENA História do Brasil. Colecção FTD. S/L, Livraria Francisco Alves, 1918. 4. ed.
1928	RIBEIRO, João. *História do Brasil*: curso superior. Segundo os programas do Collegio Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928. 543 p.
1936	LOBO, Esmeralda. *História do Brasil*: série de mapas e quadros sinóticos. Rio de Janeiro: Editores J. R. de Oliveira e Cia., 1936.
1941	CESARINO JR, Antônio Ferreira. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
1955	TAUNAY, Alferdo d'Escragnolle; MORAES, Dicamôr. *História do Brasil para o segundo ano colegial*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
1966	HERMIDA, Antônio José Borges. *Compêndio de História do Brasil*. 50 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
1972	ESAÚ, Elias; PINTO, Luiz Gonzaga de Oliveira. História do Brasil: estudo dirigido. s/l, Ibep, 1972.
1987	COTRIM, Gilberto; ALENCAR, Álvaro Duarte. *História do Brasil:* para uma geração Consciente. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.
1996 e 1997	COTRIM, Gilberto. *História & Consciência do Brasil 1*. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 1996. _____. *História & Consciência do Brasil 2*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
2000	PEREIRA, Denise Manzi Frayze; KOSHIBA, Luiz. *História do Brasil.* 7. ed. São Paulo: Atual Editora, 2000.
2010	BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio.* 2. ed. Vol. 2. São Paulo: Moderna, 2010.

Fonte: Organização das autoras.

A sistematização dos dados contempla os períodos mais facilmente identificáveis pela organização dos próprios livros didáticos, que são os três principais períodos políticos da história brasileira: Colônia, Império e República. Em primeiro lugar, foram sistematizados fichamentos a partir da leitura flutuante (BARDIN, 1977) das obras, registrando-se todas as menções a figuras ou representações femininas existentes nos livros didáticos estudados. Após, esquematizou-se um fichamento global, onde emergiram quatro categorias generalizadas de "aparições" femininas no conteúdo dos livros: 1) Mulheres indígenas, 2) Escravas africanas ou afrodescendentes, 3) Membros de linhagens reais e 4) Outras. Esta última categoria consubstancia uma diversidade de sujeitos, em geral figuras femininas relacionadas a movimentos artístico-culturais e personagens da história, cuja presença é mais frequente nos livros didáticos das décadas mais recentes. Desta forma, são igualmente recortadas as localizações temporais das citações selecionadas. A análise das obras será operacionalizada a partir da observação da *forma* como estes aparecimentos (ou

esquecimentos) são tratados pelos livros didáticos de história que compõem a amostra. Colocando em termos mais gerais, se buscará compreender "como" aparecem as identidades de gênero femininas e o que dizem sobre as relações de gênero em cada uma das obras. Pretende-se, assim, compor linhas iniciais da forma como foram "impostos" determinados papéis de gênero na escolarização, justificados e legitimados pelo ensino de história.

Sistematizaram-se tais dados, para posteriores inferências, pela orientação da periodização tripartite clássica. No período **colonial**, a primeira categoria, composta pelas mulheres indígenas, aparece em sete das 11 obras. As formas como essas mulheres são descritas sugerem uma dupla posição de inferioridade nas relações de gênero: aparecem, na relação com os homens portugueses, sempre oferecidas como esposas (prática que, em uma das obras é descrita como "barbarização de costumes"[7]) e, em relação aos homens índios, como despojos de guerras entre tribos, bem como em posições menos privilegiadas e "tradicionalmente" femininas da divisão das tarefas interna às aldeias. A categoria 2, representada pelas escravas africanas e afrodescendentes, aparece em apenas duas das 11 obras, como mucamas – em serviços domésticos. A terceira categoria, reservada às aparições de mulheres representantes de linhagens reais, aparece de forma consistente em todas as obras, embora não caracterize "importância" histórica. Seu tratamento se dá, invariavelmente, em anexo às aparições de seus pares masculinos: são citadas apenas a título de "aparição", de forma a esclarecer sucessões dinásticas ou eventos como casamentos, nascimentos e óbitos. A categoria 4, denominada outras, esteve contemplada por apenas quatro das 11 obras. Nelas aparecem, além de órfãs portuguesas enviadas à colônia para "dignificar" o lar e a descendência dos colonizadores, duas descrições que se dedicam a explicar o sistema do patriarcado sem, contudo, apresentar qualquer crítica a tal prática. Estas obras das décadas de 1920 e 1950, apresentam, na primeira, uma determinação dos "deveres intrínsecos" aos sexos: as mulheres deveriam costurar, enquanto os homens deveriam comerciar; os homens eram os geradores e as mulheres responsáveis pela amamentação das *crias*[8]. Na segunda temos uma descrição precisa de como funcionava um lar colonial[9]:

> O chefe da casa podia castigar seu escravo, seu criado, seus filhos, e até sua própria espôsa, castigar e emendar de más manhas, diz o texto da lei. [...] O lar era uma prisão mourisca, onde a mulher, alheia ao mundo, mais ou menos feliz, mais ou menos conformada, vivia, amava, tinha filhos, criava-os, sorria, chorava, até que a morte viesse e lhe cerrasse os olhos. Na casa colonial passava a existência entre um oratório de jacarandá, uma rêde, uma esteira, fazendo rendas, bordados, cosendo, engordando e aprendendo a falar mal com os escravos.[10]

No livro didático referente à década de 2010 há um texto apêndice sobre a mulher no período colonial, que se utiliza de um caso aparentemente isolado – a presença feminina nas

Bandeiras – para argumentar contra a visão generalizada da historiografia chamada *tradicional*, que tratara o sexo feminino como *frágil*. Porém, a discussão pretendida por meio do texto complementar permanece no nível teórico, pois inquire aos leitores apenas questões do âmbito historiográfico, não aprofundando de nenhuma forma a problematização do tema nas questões de gênero.

No período **imperial**, a primeira categoria, referente às mulheres indígenas, não aparece em nenhuma das obras. No mesmo recorte temporal, a categoria das escravas africanas e afrodescendentes aparece em seis das 11 obras analisadas. Na metade das obras (três, portanto) figuram como personagens quando se citam os trâmites da Lei do Ventre Livre, que determinava a liberdade para as crianças filhas de escravas, de acordo com suas determinações específicas. Na outra metade das obras, referentes às décadas de 1980, 1990 e 2010, as escravas africanas aparecem em situações de desordem social trazidas pela escravidão: seus filhos mestiços, quando bastardos, teriam sido na maioria das vezes renegados pelos pais; sofriam abusos sexuais e desprezo generalizadamente – aqui, pode-se atentar para a existência de certo anacronismo quando se fala do "preconceito" sofrido pelas escravas negras quando alforriadas. A categoria das mulheres membros de linhagens reais, como ocorre no período anterior, recebe apenas o tratamento estritamente necessário, sendo citadas quando de sucessões dinásticas, nascimentos ou mortes, de forma generalizada, por todas as obras. Corroborando com o contexto político, também aparecem algumas figuras femininas no poder imperial, atuando em breves regências, sem que, contudo, se explorem suas funções. Como destaque, há na obra da década de 1960 uma página que contém reproduções de assinaturas de personagens do império, subtitulada "Assinaturas de homens ilustres do Brasil e da América". Entre todas as assinaturas de personagens masculinos, assina "Isabel, Condessa d'Eu", reforçando o *pertencimento* masculino, pelo casamento, no nome da princesa brasileira. Na categoria *Outras*, observam-se aparições heterogêneas em cinco das obras. Há alguns comentários em três destas sobre a inexistência ou descaso com a educação feminina, que é separada da masculina em virtude de "funções sociais" distintas aos dois sexos. Novamente, a questão das "funções" nunca é explorada em profundidade pelas obras, sequer é discutida. Outras mulheres civis, populares, são comentadas como vendedoras (quando esposas de "desclassificados") e nas questões da inexistência de seu direito de voto, em apenas duas décadas, sendo a primeira ocorrência presente nas obras de 1990 e 2010 da amostra e a segunda, apenas na década de 1990.

Finalmente, no período **republicano**, não há destaque para as mulheres das três primeiras categorias (mulheres indígenas, mulheres escravas africanas e afrodescendentes,

mulheres de linhagens reais), cabendo à categoria *Outras* dois tipos de abordagem, em seis das 11 obras. O primeiro tipo de abordagem, que consta em quatro obras, explora a temática das mulheres em aspectos mais públicos, citando nomes de figuras dos contextos artístico-culturais brasileiros, como por exemplo, da maestrina e compositora Cacilda Borges Barbosa, das escritoras Rachel de Queiroz e Ana Miranda e da pintora Anita Malfatti. Na segunda abordagem, quatro obras tratam o tema das mulheres como classe de gênero, quando inclusas no sufrágio, direito de voto concedido pela Constituição Federal de 1934. O livro da década de 2010 traz, em boxe, a atenção para a questão da especificidade das revistas dedicadas ao público feminino no século XX, tanto as direcionadas às questões domésticas quanto as de cunho feminista.

Pode-se constatar, pela análise empreendida sobre a amostra, que a representação do gênero feminino é parca na maioria dos livros; que as mulheres são apresentadas de forma homogênea em várias obras e são ignoradas por completo em muitas outras. Também se observa um "desaparecimento" de algumas das categorias , como as mulheres indígenas e as que compunham o grupo das escravas africanas ou mulheres afrodescendentes, que são absolutamente "eliminadas" da história após a proclamação da República. Ainda, se observa um crescimento das abordagens em torno da "mulher" como ser histórico, principalmente nos livros didáticos referentes às três últimas décadas analisadas, as de 1990, 2000 e 2010. Mesmo incorporando mais figuras femininas aos conteúdos, especialmente em espaços públicos, estas ficam restritas a um grupo generalizado – nas questões de inclusão de seu direito de voto – ou em um grupo muito específico e representativo – nas mulheres ícones de movimentos artísticos, como Anita Malfatti e Zina Aíta, por exemplo. Quando são incluídas nas discussões de fato, as mulheres ainda figuram nas bordas e margens das produções didáticas, em quadros específicos e em situações pontuais, sem evidentes impactos sobre os processos históricos.

Algumas considerações finais

O livro didático parece ter, de fato, uma extrema dificuldade em integrar as renovações historiográficas propostas pela história de gênero. Com isso, define papéis normativos não só aos gêneros, mas também aos sujeitos históricos, que ainda aparecem predominantemente circunscritos aos grandes personagens. As questões de gênero permeiam e fazem parte do ambiente escolar, porém um dos grandes instrumentos do ensino de história ainda não dá conta de suprir os questionamentos que a própria disciplina histórica já apropriou e discutiu. O livro didático, por seu papel político, ideológico e cultural, ao mesmo tempo em que

apresenta papéis masculinos como exemplos históricos e determina, ao longo do tempo, os lugares permitidos à aparição feminina na história, sempre estreitos e genéricos, exclui majoritariamente de seu discurso a mulher brasileira, civil e contemporânea.

Deve-se ter claro que tal resultado amostral não tem caráter absoluto ou conclusivo, porém oferece subsídios a vários questionamentos que estão no cerne das discussões de relações de gênero, do ensino de história e da educação brasileira.

Teve-se como caráter primário e foco principal deste estudo averiguar as possibilidades de se operar o livro didático de história como objeto de pesquisa e as temáticas de gênero como instrumento metodológico de análise histórica, verificando-se o tratamento dado às questões de gênero no livro didático de história ao longo dos séculos XX e XXI. Tal objeto amostral não esgota, nem tampouco finda as possibilidades de investigação neste sentido, que pode ser ampliado em diversas perspectivas e abordagens, tendo em vista a importante relação entre a educação, o ensino de história no Brasil e as temáticas de gênero.

Referências

APPLE, Michael. Cultura e Comércio do Livro Didático. In: _____. *Trabalho docente e textos*: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história*: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio. (Org.). *O livro didático e o currículo de história em transição*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e pesquisa*, São Paulo, set./dez. 2004.

DARTON, Robert. O que é a história dos livros? In: _____. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

FONSECA, Thais de Lima e. *História & ensino de História.* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAMILTON, David. What is a Textbook? *Paradigm*: newsletter of the colloquium of the textbooks, schools and society, Champaign (Illinois/EUA), n. 3, jul. 1990.

HOSKIN, Keith. The Textbook: Further Moves towards a Definition. *Paradigm*: newsletter of the colloquium of the textbooks, schools and society, Champaign (Illinois/EUA) n. 3, jul. 1990.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. *História e memória.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Elício Gomes. Para compreender o livro didático como objeto de pesquisa. *Educação e Fronteiras On-Line.* Dourados/MS, v. 2., n. 4, p. 143-155, jan/abr. 2012.

LOHN, Reinaldo Lindolfo Lohn; MACHADO, Vanderlei. Gênero e imagem: relações de gênero através das imagens dos livros didáticos de história. *Gênero.* Niterói/RJ, v. 4. n. 2., p. 119-134, 2004.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24. n. 48., 2004.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais:* investigações em psicologia social. 8. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. *O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação.* In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). *Ensino de história*: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINKSY, Carla Bassanezi. Gênero. In: _____. (Org.). *Novos Temas nas aulas de História.* São Paulo: Contexto: 2009.

PROTO, Leonardo Venicius Parreira; SILVEIRA, João Paulo de Paula. O gênero no livro didático de história: arranjos de poder e consciência histórica. *Revista Sapiência*: sociedade, saberes e práticas educacionais. UEG/UnU Iporá, v.1. n. 1, p. 101-112, jan/jun 2012.

ROBERTS, Michael. História das mulheres e história de gênero. In: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Philip. (Org.). *História:* introdução ao ensino e à prática. Porto Alegre: Penso, 2011.

SALLES, André Mendes. O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional. *Revista Semina (UPF).* Passo Fundo/RS, v.10, 2011.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Gênero e sexualidade nos livros didáticos de História:* algumas questões sobre produções de subjetividades. In: Anais do VII Seminário Internacional Fazendo Gênero, n. 7, UDESC/Florianópolis (SC), 2006.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TRINDADE, Zeidi Araújo; SOUZA, Luiz Gustavo Silva. Gênero e escola: reflexões sobre representações e práticas sociais. In: ALMEIDA, Angela M. O.; JODELET, Denise. (Org.). *Representações sociais:* Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas. Brasília: Thesaurus, 2009.